

“Contradeografias da Globalização”:  
“Fronteiras Internas”,  
Identidades em Trânsito e Experiência “Fora do  
Lugar”

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Marcos Leandro Mondardo

Índice

- 1 Grafando uma problemática
- 2 Identidades em trânsito e experiência “fora do lugar” na contemporaneidade
- 3 Territórios móveis e identidades transitórias: a experiência migratória “fora do lugar”
- 4 Referências

*“(...) toda uma gama de teorias contemporâneas sugere que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento – que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e pensamento.”  
O local da cultura  
Homi Bhabha*

Resumo

- 2 Investigamos e discutimos como no mundo da globalização, da intensificação do movimento e da aceleração das relações às identidades estão sendo colocadas em trânsito em função de uma experiência migratória “fora do lugar”. Apontamos que através da “maior mobilidade” e “fluidez territorial” do presente momento, os migrantes *trabalhadores* desenvolvem estratégias, táticas e mecanismos de negociação, aproximação e distanciamento com o *outro* “espaço” e “sujeito” através do trânsito identitário por lugares, por Estados-Nações e por extensão por contextos culturais, políticos e econômicos distintos e divergentes que operam na direção de uma espécie de “contradeografias da globalização”, pois se configuram como territórios e territorialidades *alternativas* na luta pela reprodução de uma experiência “fora do lugar” mais autônoma e menos submissa a lógica do capital (posta muitas vezes como inexorável) de homogeneização cultural-mercantil.
- 6
- 8
- 9

Palavras-chave: Globalização; Migração; Identidade; Fronteiras; território.

## Resumen

Hemos de investigar y analizar cómo el mundo de la globalización, la intensificación del movimiento y la aceleración de las relaciones y las identidades están siendo colocados en tránsito debido a la experiencia migratoria “fuera de lugar”. Se señala que por “movilidad” y “fluidez territorial” de este tiempo, los trabajadores migrantes a elaborar estrategias, tácticas y mecanismos de negociación, acercamiento y distanciamiento con el otro “espacio” y “sujeto” a través de la identidad de tráfico de plazas, para los Estados Nacionales y, por extensión, cultural, político y económico de funcionamiento distintas y diferentes hacia una especie de “contra-globalización”, ya que se configuran como el territorio y alternativas de la territorialidad en la lucha por la reproducción de una experiencia “fuera de lugar” más independiente y menos sumisa a la lógica del capital (a menudo llamadas como inexorable) de la homogeneización cultural-mercado.

Palabras clave: Globalización, Migración, Identidad, Fronteras; territorio.

## 1 Grafando uma problemática

Analisamos e discutimos aqui alguns elementos para a produção – no interior de um mundo da globalização da intensificação do movimento e da aceleração das relações – de identidades em trânsito e da experiência “fora do lugar” a partir da reflexão sobre a migração “nacional” (interna) e internacional. Apontamos que através da “maior

movibilidade” e “fluidez territorial” do presente momento, os migrantes *trabalhadores* desenvolvem estratégias, táticas e mecanismos de negociação, aproximação e distanciamento com o *outro* “espaço” e “sujeito” através do trânsito identitário por contextos culturais, políticos e econômicos distintos e divergentes que operam na direção de uma espécie de “contra-geografias da globalização”, pois se configuram como territórios e territorialidades *alternativas* na luta pela reprodução de uma experiência “fora do lugar” mais autônoma e menos submissa a lógica do capital (posta muitas vezes como inexorável) de homogeneização cultural-mercantil.

Esses trânsito e essa experiência migratória “fora do lugar” prefigura a produção de identidades, territórios e territorialidades híbridas e cada vez mais múltiplas cultural e politicamente o que aponta a reprodução – não harmoniosa mais tensa – de práticas mais igualitárias e reconhecedoras das diferenças no movimento dos sujeitos pelo espaço, do movimento do próprio espaço, das suas relações entre o eu e o outro, na produção da alteridade. Ressaltamos, por fim, que são considerações iniciais sobre um fenômeno muito mais complexo do que o apresentado aqui.

“Fronteiras internas” e Estado-Nação: a “produção” do nacional e a “invenção” do estrangeiro (*o migrante*)

Desde o surgimento do capitalismo até a fase atual da globalização a fronteira tem desempenhado um papel de categorização e diferenciação, de alteridade, o que se justifica pela exploração de grandes camadas da população. As fronteiras nacionais geográficas incluem o discurso de representação desse “espaço de transição”, o “front” que

separa (e une) o “aqui” e o “lá”, o eu e o outro.

A dimensão discursiva da fronteira se refere à produção das nações como espaços e comunidades de pertencimento, como espaço de referência mas também como espaço imaginado que possibilita a classificação e a emergência de um “nós” em que participam aqueles que estão entre os limites físicos e sociais estabelecidos pelas configurações territoriais e políticas das nações (Cf. MACHADO, 2008).

Desse modo, imaginar a nação com espaço ao qual nós pertencemos não é independente das formas de controle entre nações, do movimento dos nacionais e estrangeiros dentro do Estado. Assim como do repertório de imagens e simbólicos de referências criadas para a posse e/ou pertencimento, podemos entender as fronteiras tanto nas dimensões constitutivas da nação, no seu caráter territorial/geopolítico como discursivo/imaginário, ou seja, no imbricamento de aspectos semiótico-material para o exercício do poder estatal.

As fronteiras e a lógica de diferenciação e dominação chamam a atenção para a lógica de discriminação, exploração, inclusão/exclusão, que tem lugar na atual fase de capitalismo. O limite se refere a uma entidade que está configurada historicamente e, portanto, as experiências relacionadas com a posição social e geopolítica dos indivíduos que passam ou assumem pois desde os primeiros estágios do capitalismo, a fronteira tem desempenhado um papel de categorização e diferenciação, a construção da alteridade, o que justificou a exploração de um grande número de pessoas (QUIJANO, 2000).

No caso das “fronteiras internas”, é importante notar que os estados nacionais são essenciais para o sujeito-nacional atuar como proprietário dentro da sua jurisdição, resultando na normalização do estatuto de cidadão nacional, bem como processos de apropriação por particulares. Dessa relação surgem realidades em que as fronteiras nacionais já não são puramente exteriores das “fronteiras internas”, “aquelas invisíveis”, produzidas pelo cotidiano, pelo movimento da cultura, das desigualdades sociais, ou seja, que estão “localizadas” “em toda parte e em lugar nenhum” (BALIBAR, 2005, p. 80).

Desse modo, o Estado-nação atua primeiramente através de práticas de governo e de classificação, que constitui uma realidade efeito entidade delimitado que forma o limite territorial através do exercício e da validade do seu poder (FOUCAULT, 2008). Esses limites são atualizados diariamente através das leis e normas como elementos legais que legitimam a distinção nacional/estrangeiro e colaboram na construção de imagens relativas a ambas as categorias.

Em segundo lugar, o Estado-nação é também delimitado por uma entidade imaginária e práticas discursivas envolvidos na sua produção como uma comunidade de pertença, como espaço de referência imaginária, que torna possível a construção de um mundo, ou seja, a construção de uma identidade nacional. Isto leva ao terceiro aspecto das fronteiras internas que foram mencionados: o reconhecimento de uma pessoa como pertencente à nação. As relações de operar através da adesão da construção de discursos têm submetido a uma nacionalidade. Assim, o sujeito na vida cotidiana é identificado

não só por ter uma nacionalidade, através da referência às expressões públicas e símbolos que em si contam histórias sobre *ser* nacional (a explicação do “caráter nacional”), e também através da identificação com outros indivíduos com os quais essas histórias podem ser compartilhadas (MORA E MONTENEGRO, 2009).

Embora a configuração da nação significa “imaginar” o espaço nacional através da projeção de fronteiras e limites geopolíticos, levando à adesão em termos de cartografia, também se refere à explicação da nação através da junção e/ou fusão entre lugar e pessoa, entre população e território, ou seja, a nação passa a ser imaginada como um corpo no qual a “pessoa” e o “lugar” são articulados, são fundados num só processo semiótico e de concretude territorial: o Estado-Nação. Através desta construção toponímica, o indivíduo pode dizer que encarna uma nação, ou a nação pode assumir a forma do corpo de um indivíduo (“paisagem do corpo”) através de uma simbiose – nunca harmoniosa – do corpo da população e do corpo da pátria.

Contudo, contraditória e ambigualmente, desde o século XIX a globalização moderna capitalista iniciou – conjuntamente com a “produção” do nacional e a “invenção” do estrangeiro – uma ampla reorganização do mundo através de grandes correntes de migrações de pessoas e povos. Como esta forma de vivência surge exatamente na época quando se foram e se consolidam os Estados-Nações, desenvolve-se um novo elemento social e identitário na sociedade, que ultrapassa (*trans*-passa) a idéia de nacionalidade: o migrante. Este traz a sua bagagem cultural de um lugar para um outro e forma, assim, *espaços de encontros e desencontros*

*culturais*. Curiosamente, é apenas o desconstrutivismo pós-moderno puxado pelos estudos pós-coloniais (exemplarmente demonstrado por Bhabha, 1998, Hall, 2004 e 2003, e Massey, 2008) que focaliza na figura do “sujeito-cidadão fora do seu lugar”, do migrante, numa forma positiva e teórica. Isto significa que passa-se a ressaltar a importância de espaços híbridos que configuram novas identidades muito mais múltiplas e complexas, tendo, no migrante o *ser* que se “posiciona” *entre* o nacional e local.

Bhabha (1998) por exemplo aborda a discussão da nação moderna, sendo o mesmo descendente de imigrantes indianos na Inglaterra, e propõe uma teoria de territorialização sob o olhar dos migrantes, refugiados e *émigrés*, como o autor os denomina. Sugere, como proposta – numa aproximação geográfica – a *Locality*, a “localidade da cultura” (p. 199), onde diferentes atores, tanto nacionais como estrangeiros (migrantes) se encontram dentro do Estado-Nação, nos guetos, nos cafés, nos novos costumes, na língua do outro, ou seja, em locais que agregam um misto de diferenças que estão a luz de um território e que colocam em xeque a pretensa unidade e homogeneidade cultural e política uma nação.

As considerações de Bhabha (1998) permitem buscar compreender a construção de novas territorialidades via diásporas. Na diáspora, o autor destaca o processo da “DissemiNação”, um processo de pertencimento identitário simultâneo a “dois mundos”, o deixado e o encontrado. Neste contexto, a questão do território é fundamental. Este território oscila entre um espaço material e simbólico, entre lugar concreto e imaginado. Como o Brasil é um país quase que exclusivamente formado por “culturas mi-

grantes”, o processo da disseminação deve ser uma pedra fundamental na configuração do país. Curiosamente, entretanto, percebe-se que a temática é raramente abordada entre geógrafos e outros cientistas sociais, ainda menos existe uma teoria consistente da hibridização geográfica.

Quando se fala de migrantes e do ato de migrar, não se refere apenas a um deslocamento de pessoas por um dado motivo, mas fala-se também da *transposição* de contextos estruturais que cercam estes indivíduos como costumes, línguas, tradições históricas, sentidos e significados de lugar. Estes são trazidos pelos sujeitos para o “novo” território no qual se realizam embutidos em outros contextos recombinação de identidades e territorialidades fazendo emergir uma estrutura social mesclada.

Por isso, para Bhabha (1998, p. 198) esse movimento é acompanhado por uma dinâmica social contraditória, pois ao mesmo tempo em que há um movimento de dispersão, observa-se no novo lugar uma tendência à reunião dos exilados, dos “*emigrés*”, que se realiza às margens da cultura estrangeira, nos guetos, nos cafés e nas novas situações. Neste novo lugar de encontro reúnem-se sujeitos que recolhem tanto elementos do seu passado, as memórias de uma cultura desenraizada, como elementos do novo ambiente (inclusive das culturas encontradas). O que predomina, entretanto, o fortalecimento de alguns elementos ditos tradicionais que marcam o novo território.

De modo que para esses sujeitos o novo território caracteriza-se como o local do encontro diaspórico, materializa aqui a nação moderna pós-colonial. Esta é definida por Bhabha (1998) como o “local da cultura”, um lugar onde simultaneamente existem o

real, o político e o simbólico, sendo esta situação detentora de diversas contradições. Para o autor trata-se de um:

(...) entre-lugar deslizante, marginal e estranho, que, por resultar do confronto de dois ou mais sistemas culturais que dialogam de modo agoístico, é capaz de desestabilizar essencialismos e de estabelecer uma medição entre a teoria crítica e prática política (BHABHA, 1998, p. 17).

Tal realidade desenha uma imagem da nação moderna ocidental que parece “(...) uma forma obscura e ubíqua de viver a localidade da cultura.” (BHABHA, 1998, p.199). Obscura no sentido de que os povos das diásporas sempre estão à margem da nação dominante que é vista e discursada por muitos, como algo unitário, homogêneo. No entanto, estas localidades e diferentes culturas, costumes, línguas fazem parte deste núcleo central como uma área liminar, onde estão presentes ao mesmo tempo o desenraizamento e o apego à particularidade. Eis o paradoxo.

Embutido nestes antagonismos e diferenças culturais e/ou sociais da “nação homogênea”, emerge os espaços das minorias, as localidades da cultura, Bhabha (1998) define esse espaço como um lugar das contradições com as seguintes características:

(...) uma forma de vida mais complexa que “comunidade”, mais simbólica que a “sociedade”, mais conotativa que “país”, menos patriótica que a *pátrie*, mais retórica que a razão do Estado, mais mitológica que a ideologia, menos homogênea que a hegemonia, menos centrada que o cidadão, mais coletiva que “o sujeito” (BHABHA, 1998, p.199).

Por isso, a nação pós-colonial apresenta-se diferente da nação colonial, como um local da cultura que se materializa via os seus imigrantes. Esta De-limitação da nação moderna, Bhabha (1998) define como “Dis-semiNação”, ou seja, Dis – semi – Nação (p. 198). Trata-se de um jogo de palavras que remete a expressão ao espalhar das identidades em uma nação, causado pelo fato que o migrante ter em si materializado um novo território que reúne duas semi-nações. Assim, Bhabha (1998) explica a composição das nações modernas, em grande parte, por situações de *différance* (DERRIDA, 1991) onde a pátria e a diáspora tornam-se elementos inseparáveis pelo fato que um define o outro.

Podemos afirmar, inclusive, que o próprio migrante torna-se através da sua existência liminar um espelho dos outros, porque representa simultaneamente os dois mundos presentes nele e materializados no seu território trazendo à tona a identidade própria como uma identidade do outro em relação à identidade encontrada. Mas ele mesmo também se reflete nesta situação, como espelho, porque enxerga a sua própria identidade numa outra.

Nesta condição de espelhamento duplo surge a necessidade de criar uma situação real, principalmente do lado do migrante, pois ele precisa encontrar algo comum no ambiente novo que lembre a sua própria natureza, seja por meio de encontros com indivíduos que apresentam histórias comuns a ele, simbologias parecidas ou pontes lingüísticas entendíveis para ele compartilhar de costumes.

## 2 Identidades em trânsito e experiência “fora do lugar” na contemporaneidade

Em suma, a migração seja internacional ou “nacional” (interna) é um fenômeno que está cada vez mais intimamente ligada à crescente globalização e ao Estado-Nação. A migração atualmente é o resultado de uma espécie de globalização assimétrica, contraditória e injusta que aprofunda a divisão e a exclusão, através da liberalização dos mercados e da introdução de uma política restritiva em relação à mobilidade de “outros”, sobretudo, dos migrantes pobres.

A globalização pode ser descrita, como considera Ianni (2006), como um período histórico, acompanhado da queda de muitas barreiras que torna possível a circulação de mercadorias e capitais, mas, paradoxalmente, não se aplica igualmente no caso da mobilidade dos indivíduos. Exceto em determinadas áreas e para determinadas categorias e/ou grupos sociais, o último movimento é confrontado ao muro das fronteiras, por vezes, militarizado, impedindo sua circulação. A mobilidade humana só é vista positivamente pelo ponto de vista econômico, de exploração da força de trabalho ou do potencial de consumo, especialmente.

No contexto do processo de crescente globalização econômica, existe a mobilização e/ou circulação de cada vez mais de uma “população” migrante, sobretudo, uma “população” migrante pobre, sujeitos que se mobilizam e/ou são mobilizados em busca do capital, dos sonhos, da aventura... A ruptura dos laços com o lugar, a vulnerabilidade econômica e o sofrimento muitas vezes são marcas desse processo de experiência “fora

do lugar” de muitos migrantes. Assim, para Bhabha (1998), além da intensificação desigual da migração internacional entre países de economias periféricas e centrais, ocorre uma maior circulação ou movimento dos sujeitos de regiões distintas no interior de um mesmo Estado-Nação.

No entanto, através de discursos que decretam o “diálogo entre culturas”, “abertura ao outro”, a “diversidade cultural”, são preservadas as práticas políticas e empresariais de exploração social, marginalização e segregação que afetam gravemente os trabalhadores migrantes (Cf. BRAH, 1996). Essa situação crônica irregular realiza tensões entre diferentes grupos, classes e especialmente sujeitos que se dispõem a migrar. Os migrantes trabalhadores desenvolvem, nesse caso, no interior de um processo de adaptação ao novo contexto socioespacial, estratégias, sendo, uma delas a necessidade do trânsito identitário por e *entre* territórios culturais distintos sejam econômicos, políticos e culturais. Essa identidade em trânsito é, por isso, para os migrantes desse período da globalização, *transitória*, multi e até mesmo transterritorial (GEDALOF, 2000).

A experiência “fora do lugar” permite o reconhecimento das diferenças e de demarcação das fronteiras do “eu” e do lugar do “outro”. A imposição de fronteiras exige que algum “corpo estranho” seja demarcado pela identidade “social” e “territorial”.

Essa experiência de “fora do lugar” aparece como o sentimento de “invasão” de espaços sociais outros, de corpos biológicos outros, como uma norma somática. Esta norma somática, o que poderia ser entendido como o corpo sem marca étnica e genérica, universal e colonial do corpo, ou seja, o corpo masculino branco participa na definição de

outros, os corpos marcados por classe, raça e gênero (HALL, 2003).

Em síntese, a experiência “fora do lugar” refere-se a todas aquelas práticas que geram a sensação de estranhamento com o outro geográfico (o espaço) e com o outro sujeito (o corpo) (MORA E MONTENEGRO, 2009). Essas relações produzem “fronteiras internas” no interior de um Estado-Nação, que se refere a produção de uma *fricção* “inter-étnica” entre migrantes nacionais e estrangeiros, ou, mesmo, entre “sujeitos regionais” no interior de um mesmo território nacional como entre “gaúchos e baianos”, ou, entre “paulistas e cariocas” no Brasil.

Desse modo, as fronteiras de um Estado-Nação impõem a definição do nacional e do estrangeiro no interior do seu território. São formações complexas que extrapolam a relação com o seu território pois inferem na relação entre o estrangeiro (que é nacional de outro país) em outro território. Por excelências, as fronteiras nacionais produzem “fronteiras internas” no interior de um país definindo através de um discurso e práticas nacionalistas o estrangeiro como a pessoa que não pertence ao grupo de nós (GOLDBERG, 2006). Por isso, o migrante trabalhador seja estrangeiro ou “nacional-regional” precisa muitas vezes se adaptar ao novo país, território e contexto sócio-cultural através de negociações, de aproximações e distanciamentos com o outro, com o nacional, com o sujeito daquele lugar.

A experiência migrante “fora de lugar” impõem aos sujeitos atualmente no mundo globalizado uma necessidade de negociação entre diferentes sujeitos e contextos culturais através de uma espécie de identidade transitória. Essa identidade do migrante trabalhador, segundo Goettert (2009) exerce

um trânsito (não harmonioso) entre diferentes territórios e territorialidades através das relações de negociação e de imposição que são submetidos esses sujeitos, especialmente, no mercado de trabalho mas, também, nas relações cotidianas, na rua, nas novas amizades, nas novas relações que estabelecem, criam e recriam.

A identidade migrante está em trânsito pela maior flexibilidade de um tempo em que a globalização torna “móvel” muitas das relações. Essa lógica da flexibilidade – que para os migrantes também é lógica muitas vezes da precariedade – torna as relações mais “líquidas” (BAUMAN, 1999) formando um sujeito migrante “líquido” que desliza entre diferentes lugares e contextos culturais, entre sujeitos distintos, com objetivos, idéias e visões de mundo muito variadas. Por isso, entre territórios e territorialidades diversas cultural e politicamente, o migrante cria mecanismos, estratégias, táticas de adaptação ao novo território através da sua identidade transitiva, ou pelo trânsito não deliberado, mas negociado estrategicamente, para a sua sobrevivência.

### 3 Territórios móveis e identidades transitórias: a experiência migratória “fora do lugar”

No mundo contemporâneo se reproduzem como nunca no interior de um Estado-nação “fronteiras internas” pela maior mobilidade humana e “fluidez territorial” entre as relações sociais. Essas “fronteiras internas” são entidades materiais e semióticas que se constroem na prática pelos discursos, corpos e “espaços”. Quando construídos em encontros diários, participam na formulação

e manutenção do corpo social e na maneira como distintos sujeitos – migrantes e não migrantes – adquirem as cidades como espaços vividos. Os limites que definem as experiências dos migrantes são incorporados e relacionados com a dinâmica social e política em diferentes escalas relacionais em que se produzem e reproduzem a definição de sentidos de lugares através do que é “positivo” e “negativo”, do diferente e do igual. Esses sentidos operaram sobre a constituição do trânsito identitário do migrante e também podem potencializar uma multiterritorialidade contemporânea através dos acionamentos efetivos (material ou virtual) de diversos territórios e territorialidades (HAESBAERT, 2006).

Contudo, para além desse acionamento alguns migrantes podem transitar entre distintos e diversos territórios e através de um processo de alteridade produzida por uma tensão extrema, produzirem ou criarem uma espécie de transterritorialidade, pela sua mudança de comportamento e mescla cultural. Essa *mudança* cultural, política e econômica das relações do migrante, de sua identidade, território e territorialidade no novo lugar e contexto cultural, poderá acarretar na produção de um novo sujeito-territorial pelo processo de hibridização (“geográfica” e “cultural”), ou seja, pela sua reconversão não total, mas parcial, das suas visões de mundo e por conseguinte de suas práticas sócio-espaciais (MONDARDO, 2009).

Nessa mutação da identidade, território e territorialidade são produzidos na maior mobilidade humana do presente momento, mas, também e sobretudo, no impacto causado pelo encontro e desencontro entre diferentes e divergentes contextos culturais, políticos e econômicos que, na maioria das vezes, o migrante trabalhador é forçado a transitar, a



negociar e no extremo a se submeter. Bem como migrar também deve ser considerado como um ato de alteridade por excelência, por que como nos lembra Massey (2008), “o espaço produz alteridade”, e a mudança de espaço ou, em outras palavras, a mudança das relações espaciais produz alteridade, mudança de comportamento e de sentidos para os migrantes que se lançam ou são lançados nesse mundo da precariedade do trabalho, da intensidade do movimento, das trocas e das interconexões delas oriundas.

#### 4 Referências

- BALIBAR, É. *Violencias, identidades y civilidad: para una cultura política global*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- BAUMAM, Z. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BRAH, A. *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. London and New York: Routledge, 1996.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2003.
- DERRIDA, Jacques. *A Diferença*. São Paulo: Papyrus, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GEDALOF, I. Identity in Transit. Nomads, cyborgs and Women. *The European Journal of Womens Studies*, 7, 2000, 337–354.
- GOETTERT, J. D. Gentes, migração e transitividade migratória. *Revista Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2009.
- GOLDBERG, D. Racial Europeanization. *Ethnic and Racial Studies*, 29(2), 2006, 331-364.
- HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói: UFF, v. 17, p. 19-45, 2008.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- IANNI, O. *Teorias da Globalização*. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MASSEY, D. B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- \_\_\_\_\_. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. SP: Papyrus, 2000, pp. 176-185.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. *In: STROHAECKER, T. M. DAMIANI, A. SCHAFFER, BAUTH, N. O., DUTRA, V. S. (Org.). Fronteiras e Espaço Global. AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, pp. 41-49*

MONDARDO, M. L. *Os Períodos das Migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão-PR*. Dissertação de Mestrado. PPGG-UFGD: Dourados-MS, 2009.

MORA, B. e MONTENEGRO, M. Fronteras internas, cuerpos marcados y experiencia de fuera de lugar. Las migraciones internacionales bajo las actuales lógicas de explotación y exclusión del capitalismo global. *Athenea Digital*, 15, 1-19, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In: LANDER, E. (ORG.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Caracas: Universidad Central de Venezuela y el Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe, 2000, pp. 281-348.